

Fazendo democracia e promovendo direitos através do curso de extensão *O Mundo das Mulheres e seus Direitos*¹

Martha Ramirez-Galvez, UEL, Paraná

Elaine Ferreira Galvão, Rede Feminista de Saúde, Paraná

Resumo

Apresentamos a experiência do curso de extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL) *O Mundo das Mulheres e seus Direitos*, realizado com mulheres em situações de risco e desproteção social, inseridas na Política de Assistência Social. Trata-se de um curso de formação que visou valorizar a participação e o exercício democrático, a partir da reflexão sobre as experiências e dificuldades enfrentadas no cotidiano pelas participantes; promovendo um espaço de troca de experiências e aprendizagens sobre empoderamento, democracia e participação democrática. O curso foi desenvolvido no formato de rodas de conversa e oficinas, com metodologia dialógica e reflexiva, produção de conhecimento horizontal e colaborativo, tendo como marcos de referência teorias feministas e decoloniais. Entre 2022 e 2024 ofertamos quatro edições do curso em diferentes territórios do município de Londrina (PR), atingindo 155 cursistas. Mulheres de cores, idades e origens diversas tinham em comum condições de vulnerabilidade econômica, emocional, física e social diante de experiências de violências familiares, de gênero, sexuais e raciais, além das violências estruturais presentes, como a deficiência ou ausência de serviços públicos. A avaliação das mulheres participantes, das profissionais de CREAS e CRAS e da equipe de extensionista da UEL aponta no mesmo sentido de pesquisas sobre rodas de conversa constituírem um espaço de acolhimento, empoderamento e integração em redes socioafetivas e transformadoras. Os objetivos do subprojeto foram plenamente cumpridos, ao observarmos mudanças em algumas das participantes, que demandaram a continuidade das ações extensionistas nos territórios.

Palavras-chave: Extensão universitária; Empoderamento; Violência de gênero

Introdução

O que é democracia? Foi a primeira pergunta que escutamos de uma das mulheres atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e convocadas para participar em uma reunião de apresentação do projeto de Extensão Mulheres Construindo Democracia (MCD), da Universidade Estadual de

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, GT021: Antropologia e Extensão Universitária. Belo Horizonte, 2024.

Londrina. O projeto geral, que envolve várias frentes de ação, foi formulado em ano eleitoral, após a provocação de dona Rosalina Batista, uma liderança comunitária e à época presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), que indagou a representante da UEL nesse conselho sobre o que a universidade estava fazendo para promover a participação de mulheres na política e a formação de candidatas para a disputa eleitoral. Dona Rosalina estava considerando as potenciais contribuições que a universidade poderia fazer na promoção de mudanças sociais relacionadas com a igualdade de gênero

A provocação estimulou a formulação do projeto MCD/UEL, em 2020, que articula um conjunto de atividades de caráter educativo e científico dirigidas a diferentes públicos e interlocutores, realizado em parceria com o CMDM e a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina (SMPM), visando a promoção dos direitos das mulheres, dos direitos humanos e do desenvolvimento humano sustentável, através da implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM). Dentre os objetivos específicos, busca-se propiciar espaços de troca de experiências, reflexão coletiva e construção de saberes situados sobre temas relativos à situação social das mulheres como desigualdades, empoderamento e violência, visando produzir mudanças sociais, institucionais e atitudinais baseadas na igualdade de gênero e a construção de uma sociedade livre de violência para mulheres e meninas, tendo como perspectiva o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial quanto à meta 5 - Igualdade de Gênero.

Neste artigo apresentamos o desenvolvimento do curso de extensão *O Mundo das Mulheres e seus Direitos*, uma das atividades desenvolvida pelo projeto maior MCD², em consonância com o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

² O curso foi uma das ações extensionista propostas no projeto “Violência de gênero e empoderamento de mulheres em desproteção social: mulheres apenadas e atendidas pelo CREAS em Londrina”, coordenado pela profa. Silvana Mariano/UEL e contemplado na chamada pública CP 02/2022 do Programa Mulheres Paranaenses: Empoderamento e Liderança, da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - Convênio PD&I Nº 582/2022 PDI. Martha Ramirez-Gálvez coordenou as atividades com mulheres atendidas pelo CREAS e Elaine Ferreira Galvão, funcionária e aposentada da SMPM e integrante da Rede Feminista de Saúde, compôs a equipe de trabalho junto com as profissionais do CREAS e de estudantes da UEL

Políticas públicas para as mulheres no município de Londrina

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), no ano de 2003, representa um marco no processo de democratização e de reforma do Estado brasileiro pois surge como resposta à atuação dos movimentos de mulheres e feministas que, ao longo de décadas, denunciou o caráter estrutural das desigualdades de gênero, da discriminação e da violência contra as mulheres e cobrou a responsabilidade do Estado na promoção de políticas públicas capazes de modificar essa realidade. Conforme nos lembra Bandeira (2013, p. 36),

Historicamente, tais políticas eram desenhadas e aplicadas apenas pela elite política (homens brancos, heteronormativos, com alto grau educacional, concentração de renda e inserção social). As vozes e as experiências originadas fora da esfera hegemônica não eram consideradas legítimas, uma vez que o Estado não as qualificava em seu horizonte de atuação. As mulheres não estavam presentes na política – nem na tomada de decisões nem como suas destinatárias específicas.

Procurando romper com essa lógica, uma das primeiras ações da SPM foi a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), no ano de 2004. Todo processo da I CNPM, que foi precedido de plenárias municipais e/ou regionais, e das Conferências Estaduais, envolveu a mobilização de aproximadamente 120 mil mulheres brasileiras. A síntese dos debates travados na Conferência resultou na elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), documento que estabelece princípios, diretrizes e prioridades das políticas públicas a serem implementadas nas três esferas de governo - federal, estadual e municipal. (BRASIL, 2008).

A transversalidade de gênero e de raça/etnia é um dos princípios do PNPM e parte do “[...] entendimento de que estas constituem dimensões estruturantes das desigualdades sociais e superá-las passa a ser uma condição básica para a promoção do desenvolvimento e a consolidação da democracia.” (BRASIL, 2011, p.190). A gestão transversal implica numa corresponsabilização de gestores e gestoras das diversas áreas de políticas públicas, na implementação de ações capazes de reduzir desigualdades e promover a inclusão social.

No município de Londrina (PR), as políticas públicas para as mulheres começaram a ser estruturadas no ano de 1993 com a criação da Coordenadoria Especial da Mulher, uma das primeiras com perspectiva do gênero no país. Atualmente, a gestão

dessas políticas está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) que, entre outras atribuições, tem a finalidade de manter os seguintes serviços: Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, que oferece atendimento social, psicológico e orientação jurídica para mulheres em situação de violência; Casa Abrigo Canto de Dália, destinada ao acolhimento institucional temporário de mulheres em situação de violência doméstica; Centro de Oficinas para Mulheres, onde são desenvolvidas atividades voltadas ao empreendedorismo feminino e formação para o trabalho, ações educativas, saúde e bem-estar.

A SMPM tem, ainda, a responsabilidade de coordenar as ações de articulação entre os órgãos e serviços que integram a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra as Mulheres. Além dos serviços mantidos pela SMPM acima citados, a Rede é composta por outros serviços das áreas da saúde, segurança pública e justiça, são eles: delegacia da mulher; promotorias e juizados especializados em violência doméstica e familiar; programa de atendimento às vítimas de violência sexual, que funciona na Maternidade Municipal Lucilla Ballalai; serviço de referência para aborto legal, em funcionamento no Hospital Universitário de Londrina (HU-UEL); programas de ressocialização de homens autores de violência; e Patrulha Maria da Penha.

A formulação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foi um importante avanço para fortalecer as ações municipais nessa área, comprometendo os gestores e estabelecendo diretrizes para a formulação e a execução das políticas públicas. O documento publicado em 2011 explicita o conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres como:

atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. (BRASIL, 2011, p.14)

No que tange ao controle social dessas políticas públicas, Londrina conta com o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM) e as conferências municipais de políticas para as mulheres, realizadas a cada quatro anos. As demandas apresentadas e discutidas nas conferências municipais e nas reuniões plenárias do CMDM resultam na construção de uma agenda de prioridades locais que se consolidam no Plano

Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM), documento que estabelece “[...] princípios, diretrizes, objetivos e metas que orientam o planejamento e a execução das políticas públicas para as mulheres no âmbito do município de Londrina para os próximos quatro anos”. (PREFEITURA DE LONDRINA, 2022, p. 12). Em consonância com os princípios e diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o PMPM explicita seu caráter transversal nas políticas municipais e propõe a adoção da perspectiva de gênero como estratégia para a implementação de ações amplas e articuladas, capazes de promover mudanças concretas na vida das mulheres, com vistas à sua autonomia.

Apesar dos avanços, o enfrentamento à violência contra as mulheres permanece como um dos problemas centrais no debate sobre direitos das mulheres e políticas públicas.

As informações disponíveis atestam que a violência contra a mulher é um fenômeno transversal que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridades ou raças. Isto justifica a adoção de políticas de caráter universal, acessíveis a todas as mulheres, que englobem as diferentes modalidades pelas quais ela se expressa (BRASIL, 2004, p.27).

Embora o município de Londrina conte com uma rede completa de serviços especializados de proteção e atendimento às mulheres em situação de violência, conforme acima descrito, uma avaliação que se faz entre integrantes do CMDM é de que as mulheres que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, moradoras das áreas periféricas, zona rural e indígenas, têm dificuldade em acessar os serviços dessa rede que, em geral, estão localizados nas regiões centrais da cidade. Destacam, ainda, a inadequação dos meios de divulgação dos serviços que não atingem alguns grupos.

Estudos corroboram essa avaliação e defendem a necessidade de um trabalho intersetorial e articulado, nos territórios, uma vez que os serviços especializados de proteção às mulheres não têm capilaridade para identificação e acolhimento dos casos em todas as regiões da cidade (BELARMINO et al. 2020). Além do mais, faz-se necessário o reconhecimento de que, dada a complexidade da violência doméstica, as mulheres em situação de violência apresentam inúmeras demandas que não são atendidas por um único setor. A resolutividade dos casos depende de uma intervenção articulada entre os diferentes órgãos e serviços que compõem a rede, superando a fragmentação nos processos de intervenção das políticas públicas de enfrentamento à

violência, a ação interinstitucional articulada objetiva a integralidade do atendimento. (GALVÃO e ANDRADE, 2004; SILVEIRA, 2006; MENEZES et al., 2014; CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2017).

Diante disto, o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres da cidade de Londrina (PMPM 2023 – 2026), no seu eixo “Prevenção e Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres”, propõe a implementação de ações descentralizadas, interinstitucionais e articuladas que possibilitem o acolhimento das mulheres nos seus territórios.

Nesta perspectiva, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) constitui um importante dispositivo de Proteção Social Especial (PSE), que tem como função executar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), destinado ao apoio, orientação e acompanhamento a famílias nas quais algum/a de seus membros se encontra em situação de ameaça ou violação de direitos. O atendimento visa proporcionar orientações para promover direitos, preservar e fortalecer vínculos familiares, comunitários e sociais, assim como fortalecer a função protetiva de famílias diante de condições que a fragilizam ou submetem a situações de risco. Dentre seus objetivos, busca-se restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia das usuárias da política; contribuir para a ruptura de padrões violadores de direitos no núcleo familiar; prevenir a reincidência de violações de direitos em contextos intra e extrafamiliares (PREFEITURA DE LONDRINA, s/d).

Interessa destacar a realização de pesquisas de avaliação dos serviços do CREAS por parte de mulheres vítimas de violência em várias cidades, que apontam para a promoção de mudanças positivas e a integração em redes socioafetivas essenciais para a superação da situação de vulnerabilidade provocada pela violência (ROSA e NASCIMENTO, 2018; INCERPE e CURY, 2020).

Dentre as ações realizadas na pesquisa de Rosa e Nascimento, destacam-se os grupos de mulheres que visam fortalecer as participantes mediante discussões coletivas de temas pautados por elas. As reuniões grupais, na visão de usuárias e profissionais, constituem um espaço de amizade e troca de experiências nas quais as participantes se reconhecem e compreendem suas próprias dores e das outras: “A interação no grupo favorecia o desenvolvimento de novas habilidades e, ao compartilharem suas

experiências, as mulheres adquiriam outras referências para analisar sua própria história” (ROSA e NASCIMENTO, 2018, p.671). Desse modo, o CREAS constitui um locus de referência de trabalho social especializado com abrangência municipal e um espaço privilegiado para ter acesso a mulheres em situação de violência de gênero.

O CMDM, através das representantes da UEL, tornou-se um importante espaço para relatar e divulgar experiências do projeto MCD, como também para receber demandas de instituições e órgãos presentes nesse espaço. Foi nessa dinâmica que recebemos a demanda de realizarmos alguma intervenção com mulheres em situação de risco em função da violação de seus direitos, atendidas pelo CREAS–Centro.

Como uma importante expressão das desigualdades de gênero, a violência contra as mulheres tem sido uma pauta central dos movimentos feministas desde os anos 1980. No Brasil, apesar da Lei 11.349 de 2006 – Lei Maria da Penha, que introduziu mecanismos para punir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, em conformidade com a Constituição Federal e tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro, observa-se uma alta e crescente incidência da violência contra as mulheres nos espaços públicos e privados, apontando para a violência de gênero como um problema social que demanda a formulação de políticas públicas. A violência é uma

variável presente no cotidiano das mulheres brasileiras e superá-la envolve o acolhimento da vítima, o acesso à justiça, a punição do agressor, mas também estratégias de prevenção que trabalhem a origem de todas essas diferentes manifestações de violência (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p.7).

Para o FBSP, qualquer política que se pretenda efetiva no enfrentamento da violência contra as mulheres precisa, necessariamente, incluir o estudo de suas raízes culturais e a necessidade de desconstrução das normas sociais que contribuem para a desigualdade de gênero.

O desenho participativo do curso O Mundo das Mulheres e seus Direitos (MMD)

A despeito das várias vertentes do feminismo, a unidade do movimento se produz na luta pelo fim das relações de opressão e dominação que subordinam as mulheres e o feminino, assim como na apresentação de demandas e reivindicações pela implementação de políticas públicas sob a ótica de gênero. A vida pública não é democrática sem a presença igualitária de homens e mulheres, de diferentes grupos étnicos e da inclusão política de grupos que se identificam como oprimidos, silenciados,

deixados à margem. As demandas por igualdade passaram a constituir a gramática dos direitos humanos nos documentos internacionais, dentre os quais a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e mais recentemente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), especificamente os que tangem à Meta 5, uma vez que a violência contra as mulheres é uma importante e cruel expressão das desigualdades de gênero.

Abordagens teórico-metodológicas baseadas na perspectiva de gênero, do feminismo decolonial e interseccional foram adotadas como eixo estrutural e transversal do conjunto do conjunto de ações que compõem o projeto, tendo como interesse primordial o estímulo a práticas sociais e políticas que contribuam para a mudança social com vistas às reduções das diferentes formas de desigualdade, entre elas as de gênero

Se gênero e as teorias feministas e decoloniais se consolidam como perspectivas críticas e emancipatórias diante das desigualdades sociais, econômicas e políticas que estruturam assimetrias de poder entre homens e mulheres, cabe considerar qual o papel e o compromisso das universidades com a justiça social e as transformações dessa realidade. Para Thiollent e Colette (2020), a universidade do século XXI deve assumir o desafio de participar na construção de uma sociedade mais justa e sustentável, propiciando uma interação entre conhecimento científico e saberes populares, visando uma relação solidária entre universidade e sociedade.

Por sua vez, Boaventura de Souza Santos observa que com o choque neoliberal e a perda de legitimidade das universidades diante dos imperativos do mercado, torna-se necessária uma reforma democrática, emancipatória e solidária da universidade, que passa pelo fortalecimento da extensão como forma contra hegemônica da relação universidade-sociedade. Para esse autor, a democratização da universidade passaria pela criação de comunidades interpretativas, integradoras do conhecimento científico com o pensamento do senso comum, dos saberes populares e a mídia para enfrentar problemas sociais locais e internacionais. (SANTOS, 2004 apud SCHMIDT, 2006).

Nessa concepção, abrem-se espaços para debates epistemológicos e metodológicos nas ciências humanas, para a inclusão de pessoas e saberes que são tradicionalmente excluídos de epistemologias hegemônicas. Nesse bojo, a pesquisa participante, nomeada por outras e outros autoras/es como pesquisa-ação, pesquisa-

intervenção, emerge como espaço de junção da reflexão teórico-metodológica à dimensão ética e política na construção do conhecimento.

Para o fortalecimento da extensão como estratégia que sela o compromisso das universidades com a sociedade, ganha destaque a potencialidade de propostas participativas de pesquisa-ação, desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980, por Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Orlando Fals Borda, dentre outros, na formulação de projetos sociais e de políticas públicas em prol de comunidades sustentáveis. Como afirmam Thiollent & Colette (2020, p.45), “pela via da participação popular a academia se aproxima da realidade externa e simultaneamente fortalece sua prática institucional no sentido da articulação entre ensino, pesquisa e extensão”.

“O valor formativo e libertário do conhecimento” está vinculado a sua democratização, construção, divulgação e apropriação, concebido por e para coletivos que procuram um bem comum (SCHMIDT, 2006, p. 39). Nessa esteira, as ciências humanas são chamadas, pelo enfoque decolonial e pelas epistemologias do Sul, para uma crítica epistemológica e metodológica, que aponta a pesquisa participante como uma abertura de construção do conhecimento com a inserção ativa de sujeitos em situações problemáticas e para a aprendizagem mútua, tendo como referência experiências partilhadas entre pesquisadoras/as e a comunidade.

Assim sendo, a extensão universitária viabilizada por meio do trabalho cooperativo entre a UEL e alguns órgãos da Prefeitura de Londrina permitiu termos acesso à população para a qual destinamos as ações e, por sua vez, permitiu divulgar e facilitar o acesso das mulheres aos serviços da rede de proteção e atendimento, fortalecendo-as na busca coletiva por direitos sociais, mediante a promoção de um espaço descentralizado de troca de experiências e informações nos próprios territórios. Estimulou, ainda, a promoção junto às/os gestoras/es e profissionais da rede socioassistencial o incentivo à adoção de metodologias participativas capazes de contribuir para a construção da autonomia, entendendo-a como elemento fundamental para a superação da violência e para o exercício da cidadania.

Em síntese, para desenhar o curso O Mundo das Mulheres e seus Direitos, consideramos os objetivos da política pública de Assistência Social do município; as pesquisas que evidenciavam mudanças estimuladas por reuniões grupais entre mulheres atendidas pelos CREAS; e as diretrizes do Plano Municipal de Política para as Mulheres.

Entre maio e junho de 2022 realizamos uma experiência piloto com mulheres atendidas e convocadas por profissionais do CREAS-Centro. No intuito de descentralizar ações, nos deslocamos até o CRAS do território Sul A, localizado na segunda região do município com maior índice de pobreza entre as pessoas cadastradas no Cadastro Único, com 74,5% delas vivendo com renda de até ½ salário mínimo. Com 8.644 pessoas cadastradas, o território do CRAS Sul A é o que apresenta a maior quantidade de crianças de 6 a 11 anos aguardando vaga no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), de acordo com dados do Diagnóstico Socioterritorial 2023 (PREFEITURA DE LONDRINA, 2024).

No diálogo com as participantes, exploramos quais seriam as temáticas de interesse a serem tratadas, destacando-se o interesse delas para falarmos sobre saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, vida em família, relacionamentos abusivos e prevenção da violência, relacionamentos conflituos na vizinhança, educação não violenta, letramento racial e, curiosamente, saber o que é democracia, dúvida, suscitada pelo título do projeto Mulheres Construindo Democracia.

Essa primeira aproximação nos forneceu uma espécie de matriz do curso, estruturado em doze encontros de duas horas, sobre as temáticas sugeridas e formuladas com as mulheres, que permitiam promover reflexões coletivas sobre as experiências e dificuldades enfrentadas no cotidiano delas. Pode-se dizer que, partindo do cotidiano vivido por elas, partilhado em rodas de conversa e oficinas, oportunizamos uma espécie de letramento sobre democracia, participação democrática, direitos humanos visando a formação e o empoderamento das participantes.

Embora houvesse um conteúdo temático a ser proposto no primeiro encontro de cada grupo, o mesmo poderia ser alterado em cada edição, de acordo com as expectativas e interesses das participantes. No entanto, conforme os objetivos do projeto, na condução das rodas e oficinas buscamos que questões relativas à prevenção da violência, à temática de gênero, ao empoderamento e à divulgação de serviços assistenciais e da rede municipal de enfrentamento a violência contra as mulheres perpassassem as conversas, sem que necessariamente fossem temas específicos, mas tratados de maneira transversal.

A proposta foi apresentada e discutida com a equipe de profissionais da área de abrangência do CREAS-Centro, procurando o engajamento da equipe na proposta e o

encaminhamento de mulheres para o curso. A equipe de profissionais atuantes nos territórios também participou ativamente no planejamento e avaliação das ações a cada nova edição do curso. Para a realização dos encontros foi fundamental o fato de termos contado com uma arte educadora da Escola de Circo e arte-educadoras/es do programa Movimenta CRAS, que realizavam atividades com as crianças enquanto suas responsáveis (mães, tias, avós) participavam das rodas de conversa, de modo que as crianças não fossem empecilho para as mulheres participarem nos encontros. Vale destacar a evidente posição de centralidade que a maternidade e as atividades de cuidado ocupam na vida dessas mulheres. Também foi essencial o fornecimento de lanches para as mulheres e crianças, dada a precariedade de algumas das participantes que chegaram a manifestar que o lanche seria a primeira refeição do dia. Algumas das atividades foram realizadas fora do território, para o qual foi possível contar com o transporte providenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

O curso que inicialmente buscava atingir mulheres atendida pelo CREAS foi ampliando sua abrangência, incorporando mulheres que também eram atendidas pelo CRAS. Ao todo, foram realizadas quatro edições do curso e, excetuando a última, foi ofertado simultaneamente em dois territórios da cidade indicados pela equipe de profissionais do CREAS-Centro e os CRAS de diferentes territórios. Desse modo, o curso foi ofertado para sete grupos de mulheres nos CRAS Sul A, CRAS Centro B e CRAS Oeste A. No território Sul A o curso foi oferecido em todas as edições, uma vez que foi onde conseguimos maior número de participantes. A meta para essa atividade foi superada, uma vez que programamos atingir 120 mulheres, alcançando 155 mulheres inscritas, como pode ser conferido no Quadro 1.

Quadro 1

Edições do curso MMD por período, território e número de participantes

Edição	Período	Territórios CRAS Grupos	Número de inscritas
Primeira	Setembro a dezembro / 2022	Sul A	47
		Centro B	
Segunda	Fevereiro a maio / 2023	Sul A	40
		Oeste A	
Terceira	Julho a outubro / 2023	Sul A	45
		Oeste A	
Quarta	Março a maio / 2024	Sul A	23
Total de inscritas			155

O Mundo das Mulheres e seus Direitos foi ofertado como um curso de extensão da UEL, certificado pela PROEX quando a participação fosse de, no mínimo, 75%. No entanto, as mulheres eram estimuladas pelas/os profissionais da assistência social a participar mesmo que eventualmente, sendo que também eram acolhidas mulheres que começaram a frequentar as rodas posteriormente, sem possibilidade de atingir 75% da frequência. A expectativa inicial de que uma certificação da UEL poderia operar no plano simbólico da valorização e qualificação das participantes foi efetivamente corroborada. Em todas as edições, o encerramento do curso foi realizado no campus da UEL e algumas das vezes contamos com participação da Pró-reitora de Extensão, da Secretária da SMPM e da Presidenta do CMDM. A presença dessas autoridades institucionais, além da valorização da experiência, também foi importante para que as mulheres levassem suas demandas ao poder executivo e à instância de controle social. O fato de as autoras deste artigo integrarmos o CMDM tem sido importante para estabelecer uma ponte entre o que é narrado pelas mulheres nos territórios, quanto à falta ou ineficiência dos serviços públicos, e o poder executivo através de demandas encaminhadas pelo órgão de controle social.

O momento de encerramento do curso no campus da UEL, com emissão de certificado, foi vivenciado por várias das participantes como uma celebração. Algumas delas chegaram a mencionar essa ocasião como uma “formatura”, valorizando o fato de

receberem um “diploma”, especialmente entre as que tinham pouca ou nenhuma escolaridade. Dada a valorização e ritualização desse momento, desenhamos uma carta de agradecimento pela participação, no formato de diploma, a ser distribuído no encerramento para todas as participantes, independentemente de terem atingido ou não a frequência necessária para receber o certificado oficial da UEL. Acreditamos que a certificação, seja pela emissão do certificado oficial da instituição ou pelo “diploma simbólico” pode operar como incentivador de proximidade e acesso das mulheres e/ou de seus familiares com uma instituição de ensino superior, realizando um dos objetivos extensionista de aproximar a universidade a setores populares.

O encontro de encerramento, também foi de escuta da avaliação das mulheres, que destacaram a importância do curso para o aprendizado, compartilhamento de experiências e empoderamento, evidenciando que os objetivos foram plenamente cumpridos e que nossa atuação teve resultados positivos. Em todas as edições as mulheres manifestaram sua vontade de dar continuidade aos encontros. Algumas delas participaram em encontros de edições posteriores, sendo notória a atitude afirmativa e empoderada com a qual retornavam aos grupos, o que nos estimula para dar continuidade à experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o grupo de participantes foi de mulheres de cores, idades e origens diversos, apresentam em comum uma condição de vulnerabilidade econômica, emocional, física e social diante de experiências de violências familiares, de gênero, sexuais e raciais, algumas delas exploradas desde crianças como empregadas domésticas, além das violências estruturais, sistêmicas presentes, por exemplo, na precariedade dos serviços públicos ou na ausência deles.

O curso MMD superou nossas expectativas, surpreendendo-nos com as transformações observadas em algumas participantes. O exercício reflexivo, promovido não só pelas facilitadoras das rodas e oficinas, mas principalmente pelas mesmas participantes se tornou fundamental para promover transformações. Um indicador da valorização da experiência, que nos chamou a atenção, é que algumas participantes levaram parentes, principalmente filhas, para participar das rodas. Na avaliação das profissionais de CREAS e CRAS, o curso potencializou as intervenções individuais e visitas familiares, acelerando o processo de fortalecimento, melhora da autoestima e

empoderamento. Para algumas delas o grupo estimulou a tomada de decisões seja diante da vida familiar, de casal ou mesmo de iniciar cursos profissionalizantes para geração de renda, ou para começar a estudar, em pelo menos dois casos de mulheres analfabetas. Em cada um dos grupos encontramos mulheres que se destacaram pela sua capacidade reflexiva. Uma delas mencionou a importância da conscientização das mulheres a fim de não reproduzir as violências que elas sofreram, destacando o curso MMD como um exemplo de quebra desse sistema violento. As participantes têm consciência da necessidade de soluções coletivas e abrangentes, como é amplamente discutido na literatura acadêmica.

A avaliação das mulheres participantes, das profissionais de CREAS e CRAS e da equipe de extensionista da UEL aponta na mesma direção da pesquisa de Incerpe e Cury (2020), no sentido de que a prática com grupos de mulheres que vivenciam situações semelhantes constitui um espaço transformador, de empoderamento individual e coletivo, potencializador na busca da promoção de bem-estar. As rodas de conversa, concebidas como processos participativos e não hierarquizados, constituem um espaço de acolhimento, empoderamento e integração em redes socioafetivas transformadoras. Por sua vez, na perspectiva de formação profissional na universidade, essa metodologia permite nos aproximarmos e desvendar as experiências destas mulheres ao mesmo tempo que criamos espaços de intervenção e transformação visando uma condição cidadã, de sujeito com potências e agência.

Se considerarmos os parâmetros do empoderamento elencados por Young (1993 *apud* MACHADO, 1999, p. 33), de promoção de “auto-imagem positiva, autoconfiança, desenvolvimento da capacidade de se pensar criticamente, construção de coesão de grupo e incentivo à decisão e ação”, podemos considerar que atingimos nossas metas e objetivos, desenhando uma atividade facilmente replicável em outros territórios da cidade e do país.

Após essa experiência temos a convicção de que uma universidade comprometida com a democracia, a superação das desigualdades e a justiça social tem muito a contribuir nas mudanças sociais. O processo de intervenção-formação trouxe para as estudantes envolvidas um leque de possibilidade não só de pesquisa, mas também de potenciais formas de inserção no mercado de trabalho de cientistas sociais. Mas, cabe destacar que a realização dessa atividade extensionistas só foi viável e bem-sucedida a partir da parceria e o engajamento dos órgãos municipais, especialmente da

Secretaria Municipal de Assistência Social, uma vez que para extensão precisamos mais do que capital humano. No caso das convocatórias para apoio a extensão no Paraná, os editais são limitados ao fornecimento de bolsas de iniciação extensionista, recurso que embora imprescindível, resulta insuficiente para a uma extensão bem-sucedida³.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Lourdes Maria; DE ALMEIDA, Tânia Mara Campos. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do CEAM*, v. 2, n. 1, p. 35-46, 2013.

BELARMINO, Victor Hugo et al. Reflexões sobre práticas e cotidiano institucional na rede de proteção à mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, p. e200160, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu (orgs). *Pesquisa Participante. O saber da Partilha*. Aparecida, SP: Idéias e Letra. 2006. p. 21-54.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas-1/arquivo1planonacionaldepoliticaspараasmulheres.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-paramulheres/arquivo/arquivosdiversos/publicacoes/publicacoes/livreto-mulher.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outrasreferencias/copy_of_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília, DF: Gráfica e Editora Brasil, 2011. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez.pdf>. Acesso em: 10 agosto 2022.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*, v. 2, n. 2, 2017.

³ Gostaríamos de agradecer às/aos profissionais de diferentes áreas e instituições que gentilmente coordenaram oficinas e rodas de rodas de conversa, à SMPM e ao CMDM. De maneira especial, agradecemos às equipes do CREAS-Centro, CRAS Sul A, Oeste A e Centro B.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* 2ª. edição 2019. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/. Acesso em: 10 agosto 2022.

GALVÃO, Elaine Ferreira; ANDRADE, Selma Maffei de. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. *Saúde e sociedade*, v. 13, p. 89-99, 2004.

GUZMÁN, Virginia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (orgs.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempreviva), 2000, p. 63-86.

INCERPE, Patrícia Regina; CURY, Vera Engler. Atendimento a Mulheres em Situação de Violência: A Experiência de Profissionais de um Creas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Vol. 03, 2020. doi:10.12957/epp.2020.54357.

MACHADO, Leda M. V. *A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.

MENEZES, Paulo Ricardo de Macedo et al. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral 1. *Saúde e sociedade*, v. 23, n. 3, p. 778-786, 2014.

PREFEITURA DE LONDRINA. Diagnóstico Socioterritorial 2023. *Boletim Informativo Vigilância Socioassistencial*. Londrina, edição nº 2, 2024. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/estrutura-1/dados-socioassistenciais/61498-boletim-informatico-diagnostico-socioterritorial-2-edicao2024/file>. Acesso em: 08 jul. 2024.

PREFEITURA DE LONDRINA. *Plano Municipal de Políticas para as Mulheres 2023 – 2026*. Londrina, Prefeitura de Londrina, 2022. p. 12. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/conselho-direitos-da-mulher/legislacao-21/50293-pmpm-2023-2026-aprovado/file>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PREFEITURA DE LONDRINA. *Unidades de proteção Social Especial*, s/d. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-de-protecao-social-especial/creas-centro>

ROSA, Nailane Fabris; NASCIMENTO, Célia Regina Rangel. O CREAS PAEFI na perspectiva de mulheres vítimas de violência e profissionais: uma análise a partir da teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 661-685, 2018.

SCHMIDT, Maria Luisa S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades Interpretativas. *Psicologia USP*, vol.17, n.2, 2006, 11-41.

SILVEIRA, Lenira Politano da. *Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência*. Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

THIOLLENT, Michel Jean Marie; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, universidade e sociedade. *Revista Mbote*, Salvador, Bahia, v. 1, n.1, p.042-066. jan./jun., 2020.